

ESTADO DE SÃO PAULO
* 2 ABR 1993

Tesouro americano ameaça garantias a acordo brasileiro

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos poderá recusar-se a vender ao Brasil os instrumentos de garantia do acordo da dívida externa se, nos próximos meses, o País deixar de tomar medidas de estabilização necessárias para obter o apoio do Fundo Monetário Internacional à sua política econômica. Na ausência de um acordo com o Fundo, que é cláusula precedente do acordo com os bancos, a questão tende a tornar-se ociosa, pois o governo não teria acesso aos recursos de organismos multilaterais que pretende usar para financiar parte da compra inicial estimada de US\$ 3,2 bilhões em "bônus zero" do Tesouro que se comprometeu a entregar aos bancos.

Muitos bancos, no entanto, aderiram à proposta de renegociação da dívida apostando que, mesmo que não consiga se entender com o FMI, o Brasil acabará usando parte de suas reservas para comprar os bônus do Tesouro e efetivar o acordo, por entender que essa é a saída mais vantajosa para o País. Embora, em princípio, esse desfecho também pareça ser do interesse de Washington, ele poderá ser bloqueado por uma decisão política.

A questão foi suscitada na semana passada durante as deliberações de uma comissão interministerial integrada por altos funcionários do Departamento do Tesouro, da Superintendência da Moeda e do Federal Reserve, o banco central dos EUA, que determinou aumento de 60% para 70% das reservas obrigatórias dos bancos americanos contra o risco brasileiro. A dívida envolve uma questão de critério, indicou uma fonte oficial. Trata-se de saber-se os EUA poderão fazer uma emissão especial de papéis do Tesouro para o governo brasileiro na falta de um acordo do País com o FMI. O assunto ainda não foi tratado pelos dois governos.

Foi justamente por não ver perspectiva para tal acordo que os reguladores americanos reclassificaram o "risco Brasil" dos bancos americanos. A decisão foi recebida com surpresa e consternação entre os credores dos EUA representados no comitê de bancos. Numa reação pouco usual, que confirma as implicações negativas da reclassificação para a efetivação do acordo da dívida, um executivo financeiro envolvido na longa e árdua negociação com o País chamou a decisão de "injusta" e "desnecessária".

De volta de Hamburgo, onde participou da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, evitou comentar diretamente a decisão dos reguladores bancários. O banqueiro esforçou-se, no entanto, para contestar a premissa que levou à reclassificação do risco brasileiro. "Saí bem impressionado dos contatos que tive nos últimos dias, em Brasília e Hamburgo, com o ministro Eliseu Resende, com o presidente do Banco Central, Paulo César Limenes, e com a ministra Yeda Crusius", disse. "Ouvi de todos eles que o governo está empenhado e avançando na direção de um acordo com o Fundo e da efetivação do acordo com os bancos."

Única alternativa — Uma fonte oficial brasileira lamentou o momento escolhido para a decisão dos reguladores americanos mas disse que ela não desanimará o governo na busca de um entendimento com o FMI. Provar, na prática, que a avaliação de Washington está errada é a única alternativa que resta para preservar o acordo da dívida e mudar a percepção extremamente negativa que se cristalizou sobre o Brasil nos EUA. "É difícil subestimar o grau de desilusão que existe hoje nos meios oficiais, privados e acadêmicos americanos em relação ao Brasil", disse ao Estado Harry Kopp, um ex-diplomata que serviu como número dois na embaixada americana em Brasília no início dos anos 70 e é sócio de uma firma de lobby que representa interesses de exportadores brasileiros em Washington.